



Anais da Assembléia

Nº 046

CURITIBA, QUINTA-FEIRA, EM 10 DE ABRIL DE 1997

ANO XXII

Mesa Diretora

ANIBAL KHURY

Presidente - PTB

LUIZ CARLOS ZUK

1º Vice-Presidente - PDT

NEIVO BERALDIN

2º Vice-Presidente - PP

LUIZ CLAUDIO ROMANELLI

3º Vice-Presidente - PMDB

LUIZ CARLOS MARTINS

1º Secretário - PDT

NELSON GARCIA

2º Secretário - PFL

ANTONIO ANNIBELLI

3º Secretário - PSDB

IRONDI PUGLIESI

4º Secretária - PPB

ANGELO VANHONI

5º Secretário - PT

ABIB MIGUEL

Diretor Geral

Lideranças

Governo	Deputado VALDIR ROSSONI
PDT	Deputado WALMOR TRENTINI
PTB	Deputado LUIZ CARLOS ALBORGHETTI
PMDB	Deputado ORLANDO PESSUTI
PFL	Deputado ELIO RUSCH
PSDB	Deputado CESAR SILVESTRI
PT	Deputado PERICLES H. MELLO
PPB	Deputado AUGUSTINHO ZUCCHI

Representação Partidária

PDT - 11: Edgar Bueno - Edno Guimarães - Joel Coimbra - Julio Ando - Luiz Carlos Martins - Luiz Carlos Zuk - Luiz Accorsi - Milton Puppio - Nelson Tureck - Valdir Rossoni - Walmor Trentini; PMDB - 10: Cleiton Kielse - José Durval Amaral - José Tavares - Caio Quintana - Luiz Claudio Romanelli - Nereu Moura - Orlando Pessuti - Renato Adur - Sâmis da Silva - Toti Colaço; PSDB - 09: Albanor Gomes - Antonio Annibelli - Beto Richa - Carlos Simões - Cesar Silvestri - Edson Lino - José Maria Ferreira - Ricardo Chab - Sérgio Spada; PFL - 06: Basílio Zanusso - Elio Rusch - Hidekazu Takayama - Nelson Garcia - Plauto Miró - Remy Borsato; PPB - 06: Augustinho Zucchi - César Seleme - Duílio Genari - Irondi Pugliesi - João Techy Filho - Neiwo Beraldin; PTB - 06: Ademar Traiano - Anibal Khury - Eduardo Trevisan - Geraldo Cartário - Luiz Carlos Alborghetti - Marquinhos Alves; PT - 05: Angelo Vanhoni - Emerson Nerone - Florisvaldo Fier - Irineu Colombo - Péricles Mello; PL - 01: Horácio Rodrigues.

**3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 13ª
LEGISLATURA
ATA DA 27ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM 10 DE ABRIL DE 1997
(QUINTA-FEIRA)**

Presidência do Senhor Deputado Anibal Khury, secretariada pelos Senhores Deputados Luiz Carlos Martins e Basílio Zanusso.

Às dez horas é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Anibal Khury, Luiz Carlos Zuk, Neivo Beraldin, Luiz Carlos Martins, Nelson Garcia, Edgar Bueno, Techy Filho, Ademar Traiano, Albanor Gomes, Ângelo Vanhoni, Antonio Annibelli, Augustinho Zucchi, Basílio Zanusso, Beto Richa, Caíto Quintana, Carlos Simões, César Seleme, Cezar Silvestri, Cleiton Kielse, Duílio Genari, Durval Amaral, Edno Guimarães, Edson Lino, Eduardo Trevisan, Élio Rusch, Emerson Nerone, Doutor Rosinha, Geraldo Cartário, Hidekazu Takayama, Horácio Rodrigues, Irineu Colombo, Ironi Pugliesi, Joel Coimbra, José Maria Ferreira, José Tavares, Júlio Ando, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Claudio Romanelli, Marquinhos Alves, Miltinho Puppio, Nelson Tureck, Nereu Moura, Orlando Pessuti, Péricles de Mello, Plauto Miró Guimarães, Renato Adur, Reny Borsatto, Ricardo Chab, Sâmis da Silva, Sérgio Spada, Toti Colaço, Valdir Rossoni e Walmor Trentini (54).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

S E S S Ã O.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) -
Sob a proteção de Deus,
iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO - Proceder à leitura da Ata da sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO - Proceder à leitura do seguinte

E X P E D I E N T E:

Emendas:

PROJETO DE LEI Nº 115/97

EMENDA ADITIVA DE PLENÁRIO Nº 07

Acrescente-se Parágrafo Único, ao art. 5º do Projeto de Lei 115/97, com a seguinte redação:

Parágrafo Único - Concede-se aos demais funcionários do Quadro Geral a Gratificação de Produtividade, valor fixo de R\$ 165,00.

Sala das Sessões, em 10.04.97.

(aa) PÉRICLES MELLO
IRINEU COLOMBO
DOUTOR ROSINHA
ÂNGELO VANHONI

Apoiamento: Orlando Pessuti

PROJETO DE LEI Nº 115/97

EMENDA ADITIVA DE PLENÁRIO Nº 10

Acrescente-se ao artigo 2º um parágrafo 4º, do Projeto de Lei 115/97, com a seguinte redação:

4º - As vantagens de que tratam o presente artigo e parágrafos, ficam estendidas a todos os demais funcionários do quadro geral.

Sala das Sessões, em 10.04.97.

(aa) PÉRICLES MELLO
IRINEU COLOMBO
DOUTOR ROSINHA
ÂNGELO VANHONI

Apoiamento: Caíto Quintana

Requerimentos:

REQUERIMENTO Nº 665
Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a inversão da Ordem do Dia.

Sala das Sessões, em 10.04.97.

(a) BASÍLIO ZANUSSO

REQUERIMENTO Nº 667

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, com base no Regimento Interno, REQUER, após ouvido o Plenário, a diminuição do interstício para a realização de Sessões Extraordinárias, logo após a presente Sessão Ordinária, para apreciação de matérias aprovadas ou outras a serem incluídas.

Sala das Sessões, em 10.04.97.

(a) BASÍLIO ZANUSSO

REQUERIMENTO Nº 666

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e, com fundamento no disposto pelo artigo 187, § 4º do Regimento Interno, REQUER, após ouvido o Plenário, dispensa de discussão e votação da redação final para os projetos aprovados em 2ª Discussão, constante da Ordem do Dia da presente sessão, que não tenham sofrido emendas no curso de sua tramitação.

Sala das Sessões, em 10.04.97.

(a) BASÍLIO ZANUSSO

REQUERIMENTO Nº 664

Senhor Presidente.

Observadas as disposições constitucionais e regimentais, o adiante nominado, Deputado com assento nesta Assembléia Legislativa, REQUER a Mesa seja oficiado ao Secretário de Estado da Justiça e da Cidadania - SEJU, Senhor Edson Luiz Vidal Pinto, solicitando ao mesmo que informe a esta Casa como se encontra o processo de doação do terreno onde funcionava o antigo fórum da

Comarca de Marialva (datas nºs 7 e 8 da quadra nº 6 da planta da cidade de Marialva), para a Prefeitura daquela municipalidade, conforme acordo feito no ano de 1984, quando o Município de Marialva doou terreno (datas 1, 2, 3, 4 da quadra 97) para a construção de novo edifício do fórum.

Através da Lei nº 1.152, de 05 de setembro de 1984, a comunidade de Marialva cumpriu sua parte naquele acordo e esperam, até a presente data, que o Estado também promova a respectiva contribuição.

Sala das Sessões, em 10.04.97.

(a) EMERSON NERONE

REQUERIMENTO Nº 671

Senhor Presidente.

Os Deputados que o presente subscrevem, REQUEREM, após ouvido o Plenário, envio de expediente ao Governador do Estado do Paraná, Senhor Jaime Lerner, solicitando que baixe um ato determinando que a Polícia Militar fica proibida de colocar seus efetivos para despejar moradores de conjuntos habitacionais, financiados pela Caixa Econômica Federal.

Sala das Sessões, em 10.04.97.

(aa) PÉRICLES MELLO

LUIZ CLAUDIO ROMANELLI

ÂNGELO VANHONI

DOUTOR ROSINHA

IRINEU COLOMBO

CAÍTO QUINTANA

JUSTIFICATIVA:

O presente Requerimento faz-se necessário para impedir que o Governo do Estado venha utilizar-se do uso da Força Policial Militar para efetuar despejos de moradores de conjuntos habitacionais financiados pela Caixa Econômica Federal e inadimplentes para com esta.

É público e notório que esta inadimplência deve-se, fundamentalmente, à política de juros altos implementada pelo Governo Federal e que acaba

elevando o valor das prestações acima das condições de pagamento dos mutuários. Estes reajustes das prestações não correspondem à política salarial adotadas na País.

Além disso, o mesmo governo que quer jogar duro com os inadimplentes do sistema habitacional trata de forma muito diferente outros grupos de inadimplentes a exemplo de usineiros, devedores do Banco do Brasil e da Caixa Econômica Federal, bem como a concessão de benefícios públicos a investimentos privados (caso das montadoras de automóveis).

Assim, a inadimplência é um problema de natureza social e sua solução não passa pela utilização da força policial para efetuar despejos.

REQUERIMENTO Nº 672

Senhor Presidente.

O Deputado, que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, envio de expediente ao Governador Jaime Lerner e ao Secretário de Indústria e Comércio, Nelson Justus, solicitando esforços no sentido de que a empresa SIEMENS venha a se instalar em Ponta Grossa.

O Município de Ponta Grossa se caracteriza como cidade universitária possuindo notável mão-de-obra e toda infra-estrutura necessária para instalação de empresas do porte da SIEMENS. Ademais, a política de desenvolvimento implementada no município e no Estado, viabilizará a implementação de tão importante empreendimento gerando empregos e renda para um grande percentual da população paranaense.

De outro lado, e dando mostras de seu empenho, o Município de Ponta Grossa, compromete-se a efetuar a doação de um terreno com

aproximadamente 40.000 (quarenta mil) metros quadrados de área; construção do pavilhão onde será instalada a linha de produção; isenção de impostos municipais pelo período de sete anos consecutivos, a contar do início de suas atividades; custear os técnicos vinculados a essa empresa, que ministrarão cursos de capacitação, bem como custear as bolsas financeiras para seus futuros empregados; manter as linhas de transporte coletivos para atender a demanda industrial, interligando-as com o Sistema Integrado de Transporte do Município.

Ponta Grossa apresenta as devidas condições para a instalação da SIEMENS, além de que enquadra-se como uma das maiores cidades do Estado do Paraná, e necessita deste investimento para suprir parte do desemprego no município.

Sala das Sessões, em 10.04.97.

(a) LUIZ CARLOS ZUK

REQUERIMENTO Nº 669

Senhor Presidente.

A Deputada que o presente subscreve, no uso de suas atribuições, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de correspondência ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado, Arquiteto Jaime Lerner, solicitando que seja aplicado o contido no Art. 237 da Constituição Estadual, quando dispõe que "o Estado do Paraná instalará, progressivamente, no âmbito da segurança pública, delegacias de polícia nos municípios, especializadas no trato de assuntos referentes à integridade física e moral da mulher". E Parágrafo Único: "até que se instale a delegacia especializada, será implantado o serviço de atendimento à mulher junto as delegacias policiais nos municípios".

Requer ainda, que o anexo seja registrado nos Anais desta Casa.

Sala das Sessões, em 10.04.97.

(a) IRONDI PUGLIESI

"PRONUNCIAMENTO DA SENHORA DEPUTADA IRONDI PUGLIESI EM SESSÃO PLENÁRIA

Temos sido tomados quase que diariamente pelo noticiário dos jornais, que dá conta do registro de inúmeros casos de violência. Destacam-se entre elas, aquelas cometidas contra a mulher, motivadas por razões de ordem passional, doméstica e também geradas por desajustes sociais que levam às violências sexuais e até a morte.

Se verificados os registros das Delegacias e Postos de Atendimento à Mulher no Estado do Paraná, será constatado um crescimento vertiginoso das violências deste caráter, e que enquadram artigos 129 (lesão corporal), 147 (ameaças), 12 (tentativa de homicídio), 121 (homicídios), 219 (rapto), 305 (ocultação e destruição de documentos de outrem), 122 (indução ao suicídio), 213 (estupro), 214 (atentado violento ao pudor) do Código Penal. O artigo 5º da Constituição federal, que assegura igualdade de direitos perante a lei sem distinção de qualquer natureza é violado a cada momento em nosso Estado. Tais crimes, não raro, estão vinculados aos desajustes familiares que tem como fundamento o desemprego e as más condições de vida.

Chama atenção, entretanto, não só a sua frequência, mas a repetição dos mesmos pelos seus autores.

Há muito se tornou conhecida de toda a sociedade a expressão de que 'o silêncio é o cúmplice da violência'. E desde 1988 a Constituição Federal reconhece os conflitos no âmbito doméstico e contra a mulher como dignos de

tratamento por parte do Poder Público. A impunidade, entretanto, continua maltratando as mulheres, em todas as fases de sua vida, da infância à velhice, pela persistência de uma cultura milenar que mantém na condição subalterna, apesar de todos os avanços no campo do trabalho, da participação econômica e social.

Hoje, diante da visibilidade da causa da mulher e dos compromissos assumidos pelo Governo brasileiro e pelo Governo do Estado do Paraná no cumprimento da plataforma de Beijing, é inadiável a tomada de providências com a finalidade de fazer cumprir a Constituição do Paraná, fazendo emergir políticas públicas de ação afirmativa no combate à violência contra a mulher.

Neste sentido requeremos de Sua Excelência, Senhor Governador do Estado do Paraná, Jaime Lerner, seja determinada a instalação de Delegacias da Mulher em todos os municípios com população superior a 50 mil habitantes no Paraná, e nos restantes sejam instalados Postos para o recebimento de queixas específicas de mulheres vítimas da violência.

Nas Delegacias da Mulher hoje existentes, ocorre um intenso processo de deterioração das condições de trabalho, havendo poucas policiais, precárias viaturas e instalações, o que caracteriza um desprestígio para esta área de atendimento à população no âmbito da segurança pública.

É necessário, para estas, que se faça um levantamento das condições existentes, uma a uma, e se dê efetivas condições de trabalho.

Requeremos, ainda, de Sua Excelência, seja designado um grupo de trabalho para implementar uma campanha publicitária de combate à violência contra a mulher, com caráter educativo,

para se possa, num futuro próximo, exibir estatísticas menos vergonhosas das violências cometidas contra a população feminina no Estado do Paraná, como determina o Art. 237 da Constituição Estadual."

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI Nº 148/97

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação Cultural e Esportiva de Maringá - ACEMA, com sede e foro na Cidade de Maringá.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 10.04.97.

(a) JÚLIO ANDO

JUSTIFICATIVA:

A entidade que ora pretendemos declarar de Utilidade Pública é uma associação que objetiva a promoção nos setores de educação, cultura, esporte, amparo social e atividades recreativas. Portanto, sua finalidade é de grande alcance social, beneficiando a todos os cidadãos maringenses, já que abre suas portas sem qualquer discriminação.

Observamos, também, que a documentação que instrui o projeto corresponde ao que dita a Lei nº 6.994, com as alterações da Lei nº 8.589, que contém as normas para Declaração de Utilidade Pública.

Diante do exposto, contamos com o apoio dos nobres Pares ao presente projeto de lei.

PROJETO DE LEI Nº 149/97

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - As licitações realizadas pela Administração Pública do Estado do Paraná, modalidade convite, serão precedidas de uma publicação sucinta de aviso no Diário Oficial do Estado e em jornal de circulação no município ou região, em que se realizará o objeto da contratação, com antecedência mínima de 5 (cinco) dias.

§ 1º - Estão submetidas à esta disposição a Administração Direta, Indireta, Autárquica, Fundacional e Sociedades de Economia Mista no âmbito da Administração Estadual e Municipal do Estado do Paraná.

Art. 2º - A não publicação do aviso, nos termos desta lei, torna nula a licitação.

Art. 3º - Poderão atender ao chamamento público empresas, cadastradas ou não, que atuem no ramo do objeto licitado.

Art. 4º - O aviso deverá conter o órgão licitante, a modalidade, o objeto da licitação, endereço para obter informações complementares, a data e local para entrega das propostas.

Art. 5º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 10.04.97.

(a) SÉRGIO SPADA

JUSTIFICATIVA:

A Lei nº 8.666/93 - Lei das Licitações e Contratações da Administração Pública é norma de caráter geral. Posto assim, o Legislativo Estadual pode complementá-la com normas que, atendendo aos seus princípios, venha aperfeiçoá-la para adaptá-la às necessidades ou anseios da comunidade organizada pelo ente infra-União.

O presente projeto de lei busca, através da publicidade,

assegurar maior competitividade aos certames realizados pela Administração Pública no Estado do Paraná realizados na modalidade convite.

Ao impor que a licitação nessa modalidade seja precedido de aviso, publicado no Diário oficial do Estado e em órgão privado de comunicação, a Administração passa a ter maior oportunidade de contratar melhor, por menor preço, em razão do possível maior número de interessados.

É sabido que as licitações nas quais a competitividade seja assegurada de modo amplo trazem sentidos benefícios à Administração, pois contribuem para a conquista de menores preços e uma diversidade maior de possíveis contratantes.

No Paraná, a prática já foi adotada com sensíveis ganhos para o setor público. O Decreto nº 700/91 trazia disposição nesse sentido. Informações oportunizadas pela experiência dão conta de que, em face do aumento do número de participantes na modalidade, obteve-se reduções dos preços contratados da ordem de 30% (trinta por cento).

A princípio, pode parecer plausível argumento contrário à proposição que sustente que a adoção da publicação de aviso para a modalidade convite traria desnecessária burocratização ao evento que, por seus valores, pode prescindir da prática em questão.

Ocorre que, além da provável redução dos preços obtidos pela Administração em cada evento, há de se considerar que, especialmente na esfera estadual, são realizados um grande número de certames na modalidade convite, perfazendo a sua soma montante altamente significativo em relação ao total das contratações realizadas.

Tomando por base o índice antes referido, quanto à economia

com a adoção da prática, valor expressivo será alcançado com vigência deste tipo de publicidade, o que beneficiará a Administração que poderá, assim, contratar mais e com maior elenco de ofertantes.

Em resumo, a publicidade do convite, antes de ser só uma boa prática, garante efetiva competitividade, o que traz inequívocos benefícios à Administração.

PROJETO DE LEI Nº 150/97

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Ficam restabelecidos os incisos I, III e os parágrafos 1º, 2º e 3º do art. 140, da Lei nº 6.124, de 16 de novembro de 1970 (Estatuto dos Funcionários Cíveis do Paraná).

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 10.04.97.

(a) PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES

JUSTIFICATIVA:

O Estado do Paraná, numa demonstração pioneira, consagrou as aspirações do servidor público estadual, particularmente do magistério paranaense, ao inserir na Lei nº 6.174, de 16.11.70, salvaguardas que garantiam a incorporação das vantagens percebidas pelos servidores, durante a sua carreira funcional, assegurando-lhes maior tranquilidade na sua aposentadoria, numa justa premiação aos anos de serviços dedicados ao Serviço Público e à Educação.

Entretanto, com a implantação do regime único para o funcionário público estadual, o professor do ensino superior, vem sendo surpreendido com uma estranha

disposição legal estabelecendo distinção de tratamento entre o professor da Consolidação das Leis do Trabalho e o Professor de Regime Estatutário.

A Lei Federal 5.692, de 11 de agosto de 1971, que estabelecia as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, dizia em seu artigo 35: "Não haverá qualquer distinção para efeitos didáticos e técnicos entre os professores e especialistas subordinados ao regime das leis do trabalho e os admitidos no regime do servidor público" - para que não houvesse diferenciação de remuneração, a pretexto do regime de trabalho.

Inserido após o artigo final da Lei 9.937, de 20 de abril de 1992, que reajustou os níveis de vencimentos dos integrantes da Polícia Militar, um estranho parágrafo revogou o inciso III e os parágrafos 1º, 2º e 3º do artigo 140, da Lei 6.124, de 16 de novembro de 1970 (Estatuto dos Funcionários Cíveis do Paraná), que asseguravam as incorporações daquelas vantagens aos servidores públicos estaduais.

A Lei 6.124 previa em seu artigo 140: "O funcionário efetivo será aposentado a pedido de:

I - com provento correspondente ao vencimento ou remuneração integral do cargo efetivo;

II - vetado;

III - se houver exercido, por um período não inferior a cinco anos ininterruptos ou não, um ou mais cargos em comissão ou funções gratificadas, com as vantagens do cargo em comissão ou função, desde que este cargo ou função tenha sido exercido por um mínimo de doze meses.

1º - A aplicação do estabelecido em qualquer dos incisos deste artigo exclui as vantagens instituídas nos demais incisos;

2º - No caso do funcionário que, para o exercício de cargo em comissão, tiver optado pelo vencimento do cargo efetivo acrescido da gratificação prevista no artigo 159, entende-se por vantagem do cargo em comissão, para os efeitos deste artigo, a percepção dessa gratificação.

3º - Se, nas condições dos incisos II e III deste artigo, o cargo em comissão exercido não se conformou à simbologia estabelecida para os cargos em comissão do Poder Executivo, poderá o funcionário aposentar-se com as vantagens do maior símbolo. Nas mesmas condições, igual benefício será assegurado pelo exercício de cargo diretivo de órgãos da administração indireta do Estado."

Tratando-se de justa reparação ao funcionalismo público estadual, certamente, a Assembléia Legislativa do Paraná restabelecerá aquela equidade entre os regimes de trabalho, para que a distinção não se constitua numa discriminação entre os funcionários públicos estaduais, estabelecendo duas categorias de funcionários, uma contemplada com os benefícios do Regime Estatutário, à outra, negados aqueles benefícios, embora as atividades sejam as mesmas.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) -

Não havendo oradores inscritos no Pequeno e no Grande Expedientes, passamos ao Horário das Lideranças.

Concedo a palavra ao Deputado Ângelo Vanhoni, do PT.

O SR. NELSON GARCIA (Pela Ordem) -

Gostaria de registrar entre nós aqui, o companheiro Valter Sucupira, meu amigo e seu amigo, de Umuarama, empresário de Umuarama. Também o Prefeito de Pérola, Valdecir; os Vereadores Carlos e Roberto, de Mariluz; o

Prefeito de Nova Olímpia, Sidney;
o Prefeito de Tapira, nosso
companheiro Wagner.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) -
Perfeitamente registrado.

Concedo a palavra ao Deputado
Ângelo Vanhoni.

O SR. ÂNGELO VANHONI - Senhor
Presidente, Senhores
Deputados.

Venho a tribuna hoje, para -
ontem, de certa forma, fui
deselegante, mais do que com os
Senhores Deputados, acho que
acabei sendo deselegante com o
Reitor da Universidade Federal do
Paraná - em função da forma como
coloquei um juízo de valor que
tenho, a respeito do ato que o
Reitor teve, da demissão do
Diretor do Hospital de Clínicas.
Mesmo porque, a maior parte dos
Deputados não está por dentro
dessa discussão, não conhece os
pormenores, e acabei constrangendo
o Reitor, que é uma figura
importante na sociedade, mesmo que
na minha avaliação, tenha errado e
errado profundamente, da forma
como demitiu o Diretor do Hospital
das Clínicas. Mas reconheço que a
forma como coloquei não foi a
melhor devida, para que os
Deputados pudessem fazer uma
apreciação melhor, para que o
próprio Reitor pudesse explicar
melhor as suas questões.

Esta retratação, de forma
alguma, vai diminuir o juízo de
valor que tenho a respeito do que
aconteceu no Hospital das
Clínicas, na Universidade Federal
do Paraná. Continuo achando que o
Reitor da Universidade errou,
errou de uma maneira grave, não há
justificativas, pelo menos até
agora, para que o ex-Diretor fosse
demitido da forma como foi. Este
princípio democrático da
Universidade é algo que deve ser
preservado e por isso acabei -
talvez pelo stress, talvez pela

continuidade de uma briga, e todos
os Senhores são testemunhas, em
relação a questão do Banco do
Estado, em relação a questão da
CPI - não sabendo colocar da forma
como deveria ter sido colocado.

Mas, quero lembrar aos
Senhores, que esta retratação -
também estou enviando ao Reitor,
Senhor Luiz Henrique de Faria -
mas reafirmando o conteúdo daquilo
que falei, estou reafirmando de
novo em carta endereçada a ele.

Gostaria também de relatar,
que acabei de receber um fax - por
coincidência não tem nada a ver
com que aconteceu ontem - da
Bancada Federal do Paraná, dos
trinta Deputados Federais do
Paraná, incluindo os três
Deputados do PT, os Deputados de
todos os Partidos, que fazem uma
análise do Hospital de Clínicas na
Cidade de Curitiba, no Estado do
Paraná, e da mesma forma como
talvez devêssemos ter colocado
ontem, hipotecaram solidariedade
ao Médico Cardiologista que
conduzia o Hospital de Clínicas,
Doutor Mário Sérgio, até há
questão de dez dias atrás.

Agora, gostaria que o Deputado
Romanelli, que fez uma observação
dura, no meu pronunciamento ontem,
demonstrou que é um homem que está
com bastante vontade de se
manifestar sobre as injustiças,
sobre as questões graves que podem
acontecer. Inclusive entre nós
aqui, o único apelo que faço ao
Deputado Romanelli, é como ele,
que é um Deputado de Oposição, que
canalize um pouco mais as suas
energias, para também lutar contra
as questões de injustiças, que
também ocorrem no Governo do
Estado do Paraná.

O SR. LUIZ CLÁUDIO ROMANELLI (Pela
Ordem) - Apenas para registrar
que, com muita alegria, ouço da
tribuna o Deputado Vanhoni se
retratar. Fico feliz e cresce no
meu conceito, e tenho certeza

absoluta que toda esta Casa reconhece o Deputado Vanhoni, é um Parlamentar combativo, valoroso, e que muitas vezes - até pela sua origem, sua descendência de italiano - age muitas vezes mesmo com o coração e com a emoção. Mas, impetuoso do jeito que é, tem nos dado lições diárias aqui, de comportamento.

Meus parabéns, Deputado Vanhoni, pela sua postura!

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - É que hoje o Deputado Vanhoni tomou "Chá Mate Leão".

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,
com a presença de 54 Senhores Deputados.

Sobre a mesa, Emenda Aditiva de Plenário de nº 07, ao Projeto de Lei nº 115/97, de autoria dos Senhores Deputados Péricles Mello, Irineu Colombo, Doutor Rosinha e Angelo Vanhoni. Com apoio do Senhor Deputado Orlando Pessuti. Constante do expediente. **Transforme-se em projeto em separado.** À Diretoria Legislativa.

Emenda Aditiva de Plenário de nº 10, ao Projeto de Lei nº 115/97, de autoria dos Senhores Deputado Péricles Mello, Irineu Colombo, Doutor Rosinha e Angelo Vanhoni. Com apoio do Senhor Deputado Orlando Pessuti. Constante do expediente. **Transforme-se em projeto em separado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Júlio Ando, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Sérgio Spada,

constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Plauto Miró Guimarães, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 665, de autoria do Senhor Deputado Basílio Zanusso, constante do expediente, solicitando a inversão da Ordem do Dia da presente sessão. **Aprovado.**

De conformidade com o Requerimento acima aprovado, passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Senhores Deputados.

ITEM 08

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 028/97, de autoria do Deputado Luiz Accorsi, que declara de Utilidade Pública a Associação dos Moradores do Distrito de Sumaré, com sede e foro no Município de Paranavaí, Estado do Paraná. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado.** (Publ. no D.A. nº 08, de 24.02.97).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI Nº 28/97

P A R E C E R:

O presente projeto de lei de autoria do Deputado Luiz Accorsi, visa declarar de Utilidade Pública a Associação dos Moradores do Distrito de Sumaré, em Paranavaí.

Analisando o projeto sob o aspecto legal, constitucional e regimental, nada encontramos que impeça sua normal tramitação por esta Casa de Leis.

Sendo assim, nosso parecer é favorável.

Sala das Comissões, em 08.04.97.

(a) JOEL COIMBRA

Presidente e Relator

ITEM 07

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 027/97, de autoria do Deputado Luiz Accorsi, que declara de Utilidade Pública a Associação dos Moradores do Conjunto Habitacional de Sumaré, com sede e foro no Município de Paranavaí, Estado do Paraná. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado. (Publ. no D.A. nº 08, de 24.02.97).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI Nº 27/97

P A R E C E R:

O presente projeto de lei de autoria do Deputado Luiz Accorsi, visa declarar de Utilidade Pública a Associação dos Moradores do Conjunto Habitacional de Sumaré, em Paranavaí.

Analizando o projeto sob o aspecto legal, constitucional e regimental, nada encontramos que impeça sua normal tramitação por esta Casa de Leis.

Sendo assim, nosso parecer é favorável.

Sala das Comissões, em 08.04.97.

(a) JOEL COIMBRA

Presidente e Relator

ITEM 06

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 006/97, de autoria do Deputado Hidekazu Takayama, que declara de Utilidade Pública a Associação Monte Moria de Assistência Social, com sede e foro na Cidade de Sengés, Estado do Paraná. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado. (Publ. no D.A. nº 03, de 18.02.97).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI Nº 06/97

P A R E C E R:

O presente projeto de lei de autoria do Deputado Hidekazu Takayama, visa declarar de

Utilidade Pública a Associação Monte Moria de Assistência Social, em Sengés.

Analizando o projeto sob o aspecto legal, constitucional e regimental, nada encontramos que impeça sua normal tramitação por esta Casa de Leis.

Sendo assim, nosso parecer é favorável.

Sala das Comissões, em 08.04.97.

(a) JOEL COIMBRA

Presidente e Relator

ITEM 05

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 003/97, de autoria do Deputado Walmor Trentini, que declara de Utilidade Pública o Centro de Atendimento Especial à Criança e ao Adolescente de Paranavaí - CECAP, com sede e foro no Município de Paranavaí. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado. (Publ. no D.A. nº 03, de 18.02.97).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI Nº 03/97

P A R E C E R:

O presente projeto de lei de autoria do Deputado Walmor Trentini, visa declarar de Utilidade Pública o Centro de Atendimento Especial à Criança e ao Adolescente de Paranavaí.

Analizando o projeto sob o aspecto legal, constitucional e regimental, nada encontramos que impeça sua normal tramitação por esta Casa de Leis.

Sendo assim, nosso parecer é favorável.

Sala das Comissões, em 08.04.97.

(a) JOEL COIMBRA

Presidente e Relator

ITEM 04

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 002/97, de autoria do Deputado Walmor Trentini, que declara de Utilidade Pública o Grupo Nossa Senhora de Fátima, com sede e foro

no Município de Paranavaí, Estado do Paraná. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado.** (Publ. no D.A. nº 03, de 18.02.97).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI Nº 02/97

P A R E C E R:

O presente projeto de lei de autoria do Deputado Walmor Trentini visa declarar de Utilidade Pública o Grupo Nossa Senhora de Fátima em Paranavaí.

Analisando o projeto sob o aspecto legal, constitucional e regimental, nada encontramos que impeça sua normal tramitação por esta Casa de Leis.

Sendo assim, nosso parecer é favorável.

Sala das Comissões, em 08.04.97.

(a) JOEL COIMBRA

Presidente e Relator

ITEM 03

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 578/96, de autoria do Deputado Anibal Khury, referente ao reenquadramento dos Professores de Música e Belas Artes do Paraná. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. EM REGIME DE URGÊNCIA. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 02

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 114/97, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 003/97, que dispõe sobre as carreiras do Pessoal Docente e Técnico-Administrativo das Instituições Estaduais de Ensino Superior do Paraná e dá outras providências. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. E C.F.. COM SUBSTITUTIVO GERAL DA C.C.J.. EM REGIME DE URGÊNCIA. APRECIAR NESTE TURNO EMENDAS DE PLENÁRIO APROVADAS EM 2ª DISCUSSÃO.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) -

Em votação o Substitutivo Geral.

Curitiba, quinta, em 10.04.97

Senhores Deputados que aprovam, permaneçam como estão.

Aprovado. O projeto irá à redação final.

O SR. VALDIR ROSSONI (Pela Ordem)

- Só queria deixar registrado, neste momento em que fica aprovado em 3ª Discussão o Projeto de Lei nº 003/97, que quando eu vinha para a Assembléia, ouvia uma declaração de um sindicalista - que não tenho aqui no momento o seu nome - onde dizia que o Plano de Carreira das Universidades - ora aprovado - só foi conseguido porque eles acamparam em frente ao Palácio Iguaçu.

Quero deixar bem claro, que os sindicalistas que acamparam em frente ao Palácio Iguaçu, foi mais por divergências internas entre os sindicalistas, do que para as negociações, porque as negociações foram conduzidas em alto nível, com a participação e todos os Sindicatos, dos Professores, dos Reitores e dos Líderes que participaram da intermediação com o Governo.

Quero deixar claro esta posição, porque não concordo com o posicionamento, com a declaração feita pelo ilustre sindicalista, na CBN, ouvida por todos os paranaenses. Essa é a minha posição, e espero que, com esse trabalho que foi feito na aprovação deste projeto - quero enaltecer aqui o trabalho feito pelo Deputado Eduardo Trevisan, que foi o Relator desta matéria, que teve um trabalho árduo, mas com muita competência.

Também agradecer a todos os Líderes de Partidos que participaram conosco destas negociações. E também, como forma de agradecimento, agradecer ao Deputado Joel Coimbra e o Presidente Anibal Khury, que sabiamente nos ajudaram a conduzir este processo, para que chegássemos nesses termos.

Ontem mesmo recebemos uma manifestação de apoio da forma como foram conduzidas as negociações para a aprovação deste projeto.

O SR. DOUTOR ROSINHA (Pela Ordem)

- Quero tecer alguns comentários a respeito do projeto ora votado e aprovado. Ele é fruto de muitos anos, de muito tempo de negociação entre o Governo do Estado e os Líderes dos Trabalhadores e Professores das Universidades do Estado. Ele só veio a se concretizar porque esses funcionários, ao longo do tempo, e esses professores, ao longo do tempo, formularam propostas concretas e conseguiram demonstrar ao Senhor Governador a necessidade deste Plano de Cargos e Salários. Se não fosse a mobilização desses servidores, provavelmente este Plano não estaria sendo votado e aprovado hoje.

Quanto ao acampamento na frente do Palácio Iguaçu, não quero entrar no mérito sobre divergências entre um ou outro segmento da luta dos servidores. Mas, fez parte da estratégia de luta desses servidores para conquistar este direito. E, logicamente, este acampamento acabou contribuindo para que viesse para cá com maior rapidez, porque sabemos que incomodou o Senhor Governador, tanto é que o Senhor Giovanni Gionédís desceu do Palácio Iguaçu para ir falar com esses trabalhadores que estavam lá acampados. Sinal que incomodou e, graças a isso, fez com que antecipasse a vinda deste projeto para cá.

Obrigado.

O SR. LUIZ CARLOS ZUK (Pela Ordem)

- Queria esclarecer ao Deputado Doutor Rosinha, que o mundo, o País, o Estado e as Universidades, mudaram. Não existe mais negociação alguma e

principalmente galeria lotada para aplaudir, nesta Casa, aprovação de projetos de lei.

O que existe, Deputado, é realmente um estudo técnico de viabilidade econômica, de parâmetros orçamentários e, principalmente de responsabilidade de sindicatos que conosco e junto com os Reitores, houveram por bem aceitar as ponderações do Governo, representado pelo Líder Valdir Rossoni, e pelos sindicalistas conscientes, responsáveis e, principalmente, dignos de representar uma classe que, graças a Deus, está sendo depurada daqueles "xiitas" que não têm mais a condição de realmente, mostrar que a greve, que tudo que é feito de baderna - como vimos, não só no ensino universitário como na Polícia Civil - que não é o meio pelo qual se consegue os objetivos da classe honesta, trabalhadora dos senhores servidores das Instituições de Ensino Superior deste Estado e das Faculdades Isoladas.

Este mérito, Senhores Deputados, imprensa aqui credenciada, foi fruto do avanço que estamos vendo até no PT. Que aqueles que não se coadunam hoje com a realidade que estamos vendo até na economia mundial, onde a parceria, a sociabilidade e, principalmente, o recuo democrático nas idéias superiores, é que estão avançando para um mundo melhor.

Vemos o nosso MERCOSUL, vemos o NAFTA nos Estados Unidos, vemos o Comércio Comum Europeu, que a melhor maneira, realmente, é a parceria. E esta parceria, onde Reitores, servidores, professores, sindicalistas, deram mostras do avanço, é que queremos que, no dia de amanhã, o nosso ilustre Deputado Florisvaldo Fier, venha somar com esta grande maioria, que é do Ensino Público Superior deste Estado.

Isto, Doutor Rosinha, foi uma amostra. Não entramos no mérito, como Vossa Senhoria não entrou. Graças a Deus a maioria dos Sindicatos de Ensino Superior do Estado do Paraná foi consciente e responsável, negociando, não impondo e, principalmente, desafiando. Foi compondo e vendo que realmente os números a que chegamos foi neste acordo que desejávamos.

Parabéns a esta Casa, parabéns ao Ensino Superior e parabéns, principalmente, àqueles sindicalistas que sentaram conosco, dando mostras do avanço democrático dentro do próprio PT e do Ensino Superior do Paraná.

Obrigado.

O SR. ORLANDO PESSUTI (Pela Ordem)

- Senhor Presidente, queria, neste momento, cumprimentar Vossa Excelência como Presidente desta Casa; ao Deputado Valdir Rossoni, ao Deputado Eduardo Trevisan e, nas pessoas destes três Parlamentares, cumprimentar todo o Parlamento. Porque, sem sombra de dúvida, com a determinação e agilidade do Presidente Anibal Khury; a presteza da Comissão de Constituição e Justiça, presidida pelo Deputado Joel Coimbra; as articulações do Líder Valdir Rossoni; a relatoria com Eduardo Trevisan, foi possível que nós, num espaço muito curto de tempo - pouco mais de uma semana - conseguíssemos trazer a Plenário e ter a aprovação - diríamos até por unanimidade - da proposta resultante do entendimento das diversas conversações.

A Bancada do PMDB, em alguns momentos, com o Deputado Trevisan, com o Deputado Rossoni, discutiu esse tema, com os dirigentes das Instituições de Ensino Superior, das nossas Universidades, também mantivemos os contatos necessários para chegarmos a este final, que entendo um final feliz.

Se os caminhos para aqui chegar foram caminhos difíceis, foram caminhos tortuosos, se tivemos acampamentos, se tivemos manifestações, não importa, tivemos um final feliz, sem sombra de dúvidas. E entendemos que isto é um avanço para as nossas Universidades e para as Instituições de Ensino Superior. Pessoalmente entendo que, quando o ex-Governador Álvaro Dias instituiu no Paraná o ensino gratuito em nossas Universidades, foi um avanço em favor da nossa população acadêmica, que entende, como nós entendemos, que o ensino nas Universidades Públicas deve ser gratuito.

No meu entendimento, foi também um avanço quando esta Assembléia Legislativa votou a lei que autoriza as universidades a prestarem serviços à comunidade e receberem por isso, aumentando sua receita e, conseqüentemente, aumentando seu potencial de trabalho interno, de formação de seus quadros, e aumentando até a satisfação dos profissionais que atuam. No meu entendimento, as universidades precisam se abrir mais do que já estão em favor da comunidade. E esta lei, que também votamos aqui, vem de encontro a essa abertura das universidades, das instituições, em favor da população do nosso Estado e também de outros Estados.

Entendo, Deputado Rossoni, que uma outra etapa teremos que iniciar daqui para frente, e de importância também fundamental para o ensino superior do Paraná: é levarmos adiante a discussão e finalmente, a aprovação e transformação de lei, da regulamentação do art. 205, que prevê a destinação de 2% da receita tributária do Estado para Ciência e Tecnologia. É uma luta que não é só nossa, iniciada que foi pelo hoje vice-Prefeito Algaci Túlio e pela hoje vice-Governadora

Emília Belinati, e que hoje tem, nesta Casa, tramitando projeto de nossa autoria e Mensagem do Governo do Estado do Paraná.

E o Deputado Péricles tem, na condição que era de Presidente da Comissão de Educação, desenvolvido um trabalho intenso, que espero agora, possa ser desenvolvido pelo Deputado Colombo, que é o nosso Presidente da Comissão de Educação. Para que possamos, todos juntos, ver concretizado este dispositivo constitucional, que, ano que vem, completará nove anos, e gostaríamos que ele fosse regulamentado, em favor das nossas Universidades e das nossas Instituições de Pesquisa de Ciência e Tecnologia.

Era isso. Os nossos cumprimentos.

O SR. CEZAR SILVESTRI (Pela Ordem)

- Senhor Presidente, em nome da Bancada do PSDB, quero parabenizá-lo como Presidente desta Casa, também ao Deputado Líder do Governo, Valdir Rossoni, Deputado Trevisan, ao Chefe da Casa Civil, Doutor Giovani Gionédís - com toda sua equipe, Doutor Valter, Doutora Lídia - que fez parte de toda essa negociação, todos os dias neste trabalho. Enfim, parabenizar este Parlamento por essa grande conquista de todos os professores e funcionários de Ensino Superior.

Acredito que nenhum projeto - em todo o tempo que trabalho nesta Assembléia Legislativa - foi tão discutido de forma tão democrática e na verdade, foi uma grande conquista dos professores e de todos nós, Deputados.

O SR. ÉLIO RUSCH (Pela Ordem) - Da

mesma forma, gostaríamos, em primeiro lugar, agradecer a Vossa Excelência, Presidente desta Casa, que sempre tem conduzido os trabalhos da forma mais democrática e transparente

possível, e foi através da sua pessoa, Deputado Anibal Khury, junto com o Líder do Governo, Deputado Valdir Rossoni, com as Lideranças Partidárias que dão sustentação administrativa e política ao Governo aqui na Assembléia Legislativa, com outros Partidos que já têm se manifestado nesta Sessão, mas principalmente ao nosso Partido - PFL - na pessoa do nosso Líder Plauto Miró Guimarães, que tem acompanhado o desenrolar dessas negociações com as Instituições de Ensino Superior, ou seja, as Universidades do Estado do Paraná, para encontrar uma saída plausível e que viesse atender os interesses dos Professores, dos Reitores e também dos funcionários destas Instituições.

Se não fosse o trabalho do Líder do Governo, do Presidente da Assembléia, do corpo técnico aqui da Assembléia Legislativa, das pessoas que dão assessoria à Liderança do Governo - gostaria de fazer uma menção toda especial à Doutora Lídia, que tem uma participação fundamental junto com o relator, Deputado Eduardo Trevisan, na elaboração do Substitutivo, nas negociações que envolveram os Senhores Reitores, os Professores, os funcionários, com o Governador do Estado do Paraná, Jaime Lerner, na pessoa do seu Chefe da Casa Civil Giovani Gionédís. Isso só é possível quando existe uma vontade política e uma vontade de querer discutir todos os problemas que são atinentes à educação do nosso Estado.

Sabemos que o Estado do Paraná talvez seja um dos Estados da Federação Brasileira que mais gasta com o 3º Grau, mas isso só é possível, Senhores Reitores, quando existe uma vontade, como falamos.

Parabéns aos Senhores Reitores, parabéns à classe

universitária acadêmica do nosso Estado. Parabéns a toda a Assembléia Legislativa, mas principalmente ao Governador do Estado, Jaime Lerner, que foi acessível e foi sensível com as negociações e com os desejos e com as aspirações dos Senhores Reitores. Parabéns ao sucesso atingido nessa negociação. Se deve aos homens que tiveram a grandeza de saber negociar.

Um abraço e tenho certeza que esse benefício, não dos Deputados, mas o benefício se restringe e se atribui ao Estado do Paraná.

O SR. PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES (Pela Ordem) - Quero aqui parabenizar a Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, em nome do seu Presidente, o Líder do Governo Valdir Rossoni, demais Lideranças que participaram de toda essa negociação, o relator Eduardo Trevisan, ao corpo técnico desta Casa e da Liderança do Governo, que fez com que as negociações entre as Universidades, os Reitores e o Poder Executivo Estadual fossem, de certa forma, discutidas as suas reivindicações, tudo aquilo que não veio na Mensagem do Governo, para esta Casa, em cima de uma ampla discussão, ampla negociação, conseguisse chegar um projeto que ficasse a contento dos dois lados, tanto para o Executivo quanto para as Universidades, para os Reitores, para os Professores, para todos os funcionários das Universidades.

Parabéns a todos aqueles que negociaram. Parabéns a Assembléia que aprova este plano, e a vocês, Reitores, que deram um passo a mais dentro do 3º Grau, do Ensino Superior do Estado do Paraná e do Brasil também, porque sabemos que começa aqui, esse primeiro plano de Cargos e Salários, sabemos que deve se estender a todo o nosso País.

Parabéns a vocês!

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) -

ITEM 01

VOTAÇÃO EM:

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 115/97, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 004/97, que objetiva conceder, conforme específica, verba de representação aos servidores de nível universitário. Visa ainda, adotar outras providências entre as quais, algumas pertinentes ao Quadro de Pessoal do Instituto de Saúde do Paraná - ISEP. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. E C.F.. COM EMENDAS DA C.C.J. E PARECER FAVORÁVEL DA C.F.. EMENDAS DE PLENÁRIO COM PARECER DA C.C.J.. EM REGIME DE URGÊNCIA.

Em votação o Projeto de Lei nº 115/97. Sem prejuízo da apreciação das Emendas. **Aprovado, artigo por artigo.**

Emenda da Comissão de Constituição e Justiça, com parecer favorável.

Duas emendas.

Fica suprimido o § 2º do Artigo 2º do presente projeto de lei, passando o § 1º a denominar-se Parágrafo Único.

Em votação.

Aprovado.

Os benefícios decorrentes da presente lei estende-se integralmente aos servidores inativos.

Aprovado.

Emenda nº 9, com parecer favorável da Comissão do Plenário.

O SR. VALDIR ROSSONI (Pela Ordem)

- Acredito que seja Emenda nº 6.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) -

Pode ser até que seja verdade, o meu assessor é meio "faisca atrasada".

O SR. VALDIR ROSSONI - Posso estar equivocado.

O SR. DOUTOR ROSINHA (Pela Ordem)
- Senhor Presidente, para encaminhar as Emendas como um todo.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) -
Vossa Excelência quer encaminhar as outras Emendas ou esta?

O SR. DOUTOR ROSINHA - As Emendas da Bancada do partido dos Trabalhadores.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) -
Esta já está aprovada.

O SR. ORLANDO PESSUTI - Esta Emenda é aquela que fala das parcelas consecutivas, Senhor Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) -
Vou ler a Emenda aqui.

O SR. DOUTOR ROSINHA - Aprovada.
Então, por favor, leia.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) -
(Lê): "Ficam anistiados os funcionários públicos que foram punidos em razão de participação em movimentos reivindicatórios.

1º - Os funcionários punidos por participarem de movimentos reivindicatórios, não serão penalizados para efeito de aposentadoria e licença-prêmio, porém não serão ressarcidos os dias descontados."

Esta Emenda já está aprovada.

O SR. VALDIR ROSSONI - Esta Emenda é a de nº 6?

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) -
Sim.

O SR. VALDIR ROSSONI - Senhor Presidente, gostaria de

encaminhar contrário à aprovação desta Emenda.

O que houve aqui foi um equívoco de números.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) -
Vossa Excelência tem um único recurso: é a verificação de votação.

O SR. VALDIR ROSSONI - Então, verificação de votação.

O SR. DOUTOR ROSINHA - Senhor Presidente, para encaminhar a votação.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) -
Com a palavra, o Deputado Doutor Rosinha.

O SR. DOUTOR ROSINHA - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Quero lembrar aos Senhores Deputados, inclusive o Líder do Governo, Deputado Valdir Rossoni, que no final da legislatura passada, nossa Bancada, naquela ocasião, apresentou um projeto semelhante a este, anistiando servidores do DER e da Imprensa Oficial. Naquele momento, foi aprovado por unanimidade nesta Casa - inclusive Vossa Excelência votou favorável - e esta Emenda, posteriormente, foi vetada pelo Senhor Governador Mário Pereira e, voltando para esta Casa, o veto foi derrubado, o que significa que havia vontade dos Parlamentares naquela ocasião, de se dar a anistia a esses servidores que participaram de lutas.

E queremos dizer aos Senhores Deputados, que não implica em despesas para o Governo do Estado, está dito no Parágrafo que não importará em ressarcimento de despesas, única questão é fornecer anistia para que estes servidores possam gozar os seus direitos, que tenham perdido em função de lutas.

Vários Deputados, inclusive o Deputado Luiz Carlos Zuk, salientou as necessidades de negociações. Se essas negociações não ocorreram ou às vezes não ocorrem, resta ao servidor alguns dispositivos e lutas, e geralmente ele é punido quando vai à luta. O objetivo aqui é acabar com a punição.

Então, peço aos Senhores Deputados, que na primeira votação aprovaram, que agora, na verificação de votação, mantenham o voto anterior. Não traz prejuízos econômicos ao Governo, nem um tostão, nenhum centavo, e no entanto faz com que servidores, hoje, que podem ser punidos por alguma falta, tenha ela anistiada.

E a anistia é praxe da luta política do nosso País - quer mais do que a ditadura militar, que anistiou ex-presos políticos, inclusive torturadores - e não podemos dar uma anistia aos servidores que foram à luta, faltando um ou dois dias em movimentos de luta por reivindicação salarial. Acho que podemos contemplar com essa anistia esses servidores.

O SR. TOTI COLAÇO - Para encaminhar.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A Emenda, segundo a Liderança do Governo, vai merecer a confiança da maioria. Acho que não precisa encaminhar mais nada.

O SR. VALDIR ROSSONI (Pela Ordem) - Senhor Presidente, retiro a verificação de votação.

O SR. Presidente (Anibal Khury) - Aprovada a Emenda, com a benevolência da Liderança do Governo.

Lê Emenda nº 9.

Parecer favorável. Em votação.

Aprovada.

Emendas com parecer contrário, de acordo com o Regimento Interno.

Lê Artigo 171.

Vou submeter as Emendas que têm parecer contrário, globalmente.

O SR. DOUTOR ROSINHA (Para Encaminhar) - Senhor Presidente, quero encaminhar todas as Emendas do PT numa única exposição, se o Senhor me conceder a palavra.

Nós, da Bancada do Partido dos Trabalhadores, apresentamos algumas Emendas, às quais peço o apoio dos Senhores Deputados.

A primeira delas - a de nº 06 - já obtivemos o apoio, foi aprovada. A Emenda de nº 07 é uma Emenda que gostaria de analisar quanto ao mérito, e gostaria a atenção dos Senhores Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Emenda nº 07, nobre Deputado? A Mesa não vai aceitar, porque se refere a objeto estranho ao projeto que estamos votando especificamente: ela concede aos demais funcionários do Quadro Geral, a gratificação de produtividade. Vou transformá-la em projeto à parte.

O SR. DOUTOR ROSINHA - A Emenda nº 08, que eu gostaria da atenção do Líder da Bancada do Governo, diz o seguinte (Lê a Emenda).

Chamo a atenção que três locais, que lembro agora no momento, já percebem o disposto neste artigo: o Hospital de Dermatologia Sanitária, antigo São Roque; o antigo Hospital São Sebastião da Lapa, quando ele era Sanatório; e o Hospital Adauto Botelho. Estes trabalhadores já percebem. Aqui estabelece que vai levar para a aposentadoria somente

após 10 anos. Estes servidores já percebem por mais de 10 anos, mas não existia isso em lei, passa a estabelecer isto em lei, estes servidores que tinham os seus direitos adquiridos, perderão o direito.

O nosso objetivo é reduzir para cinco anos, para que atenda estes que já percebem esta vantagem de acordo com este artigo, e reduzindo para cinco anos, de maneira que muitos deles possam já se aposentar em seguida, fazendo uso deste dispositivo, uma vez que ele já percebe o salário. Então, pedimos o apoio, porque vem atender segmentos que já têm seus direitos garantidos, mas queremos que sejam direitos adquiridos. Sabemos que um segmento do Governo foi favorável a isto, um segmento da Secretaria da Administração. Sabemos que dentro do próprio Governo houve debate a respeito disso e tiveram técnicos do Governo que defenderam esta proposta.

A Emenda de nº 09 foi aceita pela C.C.J., creio que não precisamos ficar expondo, uma vez que estabelece os reajustes mês a mês.

A de nº 10, que é a última da nossa Bancada, propõe estender a todos os servidores os 80%, porque a defasagem salarial não se dá só em uma categoria, mas sim em todos os servidores do Poder Executivo. Então, visa a isonomia de tratamento, como sempre a nossa Bancada tem apresentado ao longo da nossa permanência aqui na Assembléia Legislativa.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) -

As Emendas nºs 07 e 10 se transformam em projeto à parte. Considero que Vossa Excelência tenha solicitado destaque para a Emenda nº 08 e vou proceder a votação da Emenda nº 08.

Senhores Deputados que rejeitam a Emenda nº 08, porque ela

tem parecer contrário, conservem-se como estão.

Rejeitado.

O SR. DOUTOR ROSINHA - Verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) -
Senhores Deputados que rejeitam a Emenda nº 08, queiram levanta-se.

Vinte e oito (28) rejeitam.

Senhores Deputados que aprovam, queiram levantar-se.

Quatro (04) aprovam.

Emenda rejeitada.

Votação em bloco das demais emendas, com parecer contrário da Comissão de Constituição e Justiça.

Deputados que aprovam o parecer da Comissão de Constituição e Justiça, rejeitando as demais Emendas, permaneçam como estão.

Rejeitadas.

Solicito aos Senhores Deputados que permaneçam em Plenário, que teremos mais duas Sessões Extraordinárias.

Para atender ao dispositivo regimental, o Plenário deverá aprovar a diminuição do interstício.

Deputados que aprovam o Requerimento do Deputado Basílio Zanusso, conservem-se como estão.

Aprovado.

O SR. DOUTOR ROSINHA (Pela Ordem)

- Senhor Presidente, quero registrar a razão da minha ausência na Comissão de Constituição e Justiça na reunião de ontem. Ao final do Plenário, procurei o Presidente da Comissão e perguntei se íamos ter reunião na data de ontem, porque eu precisava sair. O Presidente disse que não.

Então, esta razão pela qual não participei da reunião de ontem, e gostaria de ter participado, em função de que

tínhamos as Emendas da nossa Bancada, e gostaria de defendê-las na Comissão naquele momento.

Então, esta é a justificativa.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Registrada.

O SR. JOEL COIMBRA (Pela Ordem) - Senhor Presidente, o Deputado Rosinha tem razão. Conversamos, realmente, e disse a ele que não iríamos realizar a reunião, mas depois, atendendo pedidos da categoria dos servidores, com o objetivo de agilizar o procedimento, convocamos uma nova reunião e, inclusive, procuramos também o suplente do Deputado Rosinha.

Foi isto que aconteceu.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Sobre a mesa, Requerimento nº 664, de autoria do Senhor Deputado Emerson Nerone, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 669, de autoria da Senhora Deputada Ironi Pugliesi, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 671, de autoria dos Senhores Deputados Péricles Mello, Luiz Cláudio Romanelli e demais Senhores Deputados, constante do expediente. **Em discussão.**

O SR. VALDIR ROSSONI (Pela Ordem) - Para discutir, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do artigo 155, do Regimento Interno.

Requerimento nº 672, de autoria do Senhor Deputado Luiz Carlos Zuk, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 647, de autoria do Senhor Deputado Angelo

Vanhoni, constante do expediente de sessão anterior. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 666, de autoria do Senhor Deputado Basílio Zanusso, constante do expediente. **Retirado pelo autor.**

Requerimento nº 667, de autoria do Senhor Deputado Basílio Zanusso, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para segunda-feira, dia 14, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 578/96.

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 002, 003, 006, 027 e 028/97.

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 023/97.

Levanta-se a sessão.

Transcrição:

MATÉRIA CUJA TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS DA CASA, FOI APROVADA A REQUERIMENTO DA SENHORA DEPUTADA IRONDI PUGLIESI, EM SESSÃO DO DIA 10 DE ABRIL DE 1997.

"PRONUNCIAMENTO DA SENHORA DEPUTADA IRONDI PUGLIESI EM SESSÃO PLENÁRIA

Temos sido tomados quase que diariamente pelo noticiário dos jornais, que dá conta do registro de inúmeros casos de violência. Destacam-se entre elas, aquelas cometidas contra a mulher, motivadas por razões de ordem passional, doméstica e também

geradas por desajustes sociais que levam às violências sexuais e até a morte.

Se verificados os registros das Delegacias e Postos de Atendimento à Mulher no Estado do Paraná, será constatado um crescimento vertiginoso das violências deste caráter, e que enquadram artigos 129 (lesão corporal), 147 (ameaças), 12 (tentativa de homicídio), 121 (homicídios), 219 (rapto), 305 (ocultação e destruição de documentos de outrem), 122 (indução ao suicídio), 213 (estupro), 214 (atentado violento ao pudor) do Código Penal. O artigo 5º da Constituição federal, que assegura igualdade de direitos perante a lei sem distinção de qualquer natureza é violado a cada momento em nosso Estado. Tais crimes, não raro, estão vinculados aos desajustes familiares que tem como fundamento o desemprego e as más condições de vida.

Chama atenção, entretanto, não só a sua frequência, mas a repetição dos mesmos pelos seus autores.

Há muito se tornou conhecida de toda a sociedade a expressão de que 'o silêncio é o cúmplice da violência'. E desde 1988 a Constituição Federal reconhece os conflitos no âmbito doméstico e contra a mulher como dignos de tratamento por parte do Poder Público. A impunidade, entretanto, continua maltratando as mulheres, em todas as fases de sua vida, da infância à velhice, pela persistência de uma cultura milenar que mantém na condição subalterna, apesar de todos os avanços no campo do trabalho, da participação econômica e social.

Hoje, diante da visibilidade da causa da mulher e dos

compromissos assumidos pelo Governo brasileiro e pelo Governo do Estado do Paraná no cumprimento da plataforma de Beijing, é inadiável a tomada de providências com a finalidade de fazer cumprir a Constituição do Paraná, fazendo emergir políticas públicas de ação afirmativa no combate à violência contra a mulher.

Neste sentido requeremos de Sua Excelência, Senhor Governador do Estado do Paraná, Jaime Lerner, seja determinada a instalação de Delegacias da Mulher em todos os municípios com população superior a 50 mil habitantes no Paraná, e nos restantes sejam instalados Postos para o recebimento de queixas específicas de mulheres vítimas da violência.

Nas Delegacias da Mulher hoje existentes, ocorre um intenso processo de deterioração das condições de trabalho, havendo poucas policiais, precárias viaturas e instalações, o que caracteriza um desprestígio para esta área de atendimento à população no âmbito da segurança pública.

É necessário, para estas, que se faça um levantamento das condições existentes, uma a uma, e se dê efetivas condições de trabalho.

Requeremos, ainda, de Sua Excelência, seja designado um grupo de trabalho para implementar uma campanha publicitária de combate à violência contra a mulher, com caráter educativo, para se possa, num futuro próximo, exibir estatísticas menos vergonhas das violências cometidas contra a população feminina no Estado do Paraná, como determina o Art. 237 da Constituição Estadual."